

**HABEAS CORPUS Nº 480.470 - MS (2018/0311786-0)**

**RELATORA** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
ELIAS CESAR KESROUANI - MS004378  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PACIENTE** : BRUNO APARECIDO DE SOUZA

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS. PENAL. LESÃO CORPORAL QUALIFICADA PELA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. RECONHECIMENTO. SÚMULA Nº 545 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ORDEM DE HABEAS CORPUS CONCEDIDA.*

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, sem pedido de liminar, impetrado em favor de BRUNO APARECIDO DE SOUZA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul proferido na Apelação Criminal n.º 0002188-77.2015.8.12.0018.

Consta nos autos que o Juízo de primeiro grau condenou o Acusado às penas de 08 (oito) meses de detenção, em regime inicial semiaberto, pela prática da conduta tipificada no art. 129, § 9.º, do Código Penal, c.c. o art. 7.º, inciso I, da Lei n.º 11.340/2006.

Inconformado, o Sentenciado interpôs recurso de apelação, que foi desprovido pelo Tribunal de origem, nos termos da seguinte ementa (fl. 209):

*"APELAÇÃO CRIMINAL – LESÃO CORPORAL – ALEGAÇÃO DE LEGÍTIMA DEFESA – AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE AGRESSÃO INJUSTA, ATUAL E IMINENTE POR PARTE DA VÍTIMA – CONDENAÇÃO MANTIDA – PENA-BASE – MANUTENÇÃO – RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA – INADMISSÍVEL – PEDIDO DE ABRANDAMENTO DO REGIME PRISIONAL PARA O ABERTO – INCABÍVEL – CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DESFAVORÁVEL – SÚMULA 269 DO STJ – RECURSO IMPROVIDO.*

*Afasta-se a alegação de absolvição por legítima defesa quando não restar demonstrado nos autos agressão injusta, atual e iminente por*

*parte da vítima, tampouco do uso moderado dos meios necessários para repeli-la.*

*Deve ser mantida a pena-base fixada na sentença pelo juízo a quo, quando a elevação da reprimenda inicial for adequada e guarda proporcionalidade com os objetivos e finalidades da pena.*

*Não há falar em reconhecimento da atenuante da confissão espontânea quando o agente alegar a prática do fato mediante alguma causa excludente da ilicitude, que não restou demonstrada.*

*Se o agente for condenado a pena igual ou inferior a 4 (quatro) anos, mas possuir em seu desfavor uma das circunstâncias judiciais do art. 59 do CP, deve ser mantido o cumprimento da reprimenda no regime semiaberto, por força da Súmula 269 do STJ."*

Neste writ, alega a Impetrante, em suma, que o Paciente faz jus ao reconhecimento da atenuante da confissão espontânea.

Ressalta que, "[e]m que pese tratar-se da chamada 'confissão qualificada', onde se invoca tese defensiva, no caso em tela, quando nega que tenha agredido, que apenas a empurrou, pois revidou a agressão recebida da vítima, tal invocação não obsta a incidência da atenuante da confissão espontânea" (fls. 6-7).

Registra que "[a] confissão deve atenuar a pena mesmo que não inclua circunstâncias majorantes, pois, por si só, faz demonstração da autoria, que é, em suma, o objeto principal da ação penal" (fl. 9).

Por fim, "[r]equer ainda a intimação pessoal do impetrante de todos os atos processuais, ficando pleiteada desde já a intimação pessoal da pauta de julgamento para fins de SUSTENTAÇÃO ORAL, o que desde já fica requerido, contando-se em dobro todos os prazos, eis que membro da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul" (fl. 11).

Pleiteia seja reconhecida a atenuante da confissão espontânea e, por isso, reduzida a reprimenda.

As judiciosas informações foram prestadas às fls. 232-272 e 274-292.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 294-298, opinando pelo "não conhecimento do writ, e a concessão de habeas corpus, de ofício, para que seja reconhecida a confissão espontânea em favor do paciente, e o consequente redimensionamento da pena imposta, nos termos acima exarados".

É o relatório.

Decido.

De início, no que se refere ao pleito de atenuação da pena, verifica-se que o Magistrado de piso, ao dosar a reprimenda, não reconheceu a confissão espontânea, porém ressaltou na sentença que, "[e]m juízo, o acusado Bruno Aparecido de Souza relatou que teve um desentendimento com a vítima, a qual lhe empurrou, sendo que o mesmo revidou, ocasionado lesionando a vítima ao bater o rosto na pia" (fl. 141).

O Tribunal de origem, por sua vez, ao negar o pedido de reconhecimento da confissão, asseverou que *"não há como ser reconhecida, pois, do integral interrogatório prestado durante a instrução processual, extrai-se que o acusado alegou ter agido em legítima defesa, o que não restou comprovado nos autos, bem como omitiu o fato de ter agredido fisicamente a vítima com um soco no rosto"* (fl. 216).

Observe-se que a atenuante da confissão espontânea deve ser reconhecida, ainda que tenha sido parcial ou qualificada, seja ela judicial ou extrajudicial, e mesmo que o réu venha a dela se retratar. Tem-se por confissão qualificada aquela em que o agente admite ser o autor do fato, porém alega fato impeditivo de responsabilidade penal, por exemplo, a legítima defesa. Destaca-se que, embora a confissão sirva para atenuar a pena, faz-se necessário que o Julgador a utilize para formar seu convencimento, consoante entendimento sedimentado na Súmula n.º 545 desta Corte, *litteris*: "[q]uando a confissão for utilizada para a formação do convencimento do julgador, o réu fará jus à atenuante prevista no art. 65, III, d, do Código Penal"

Na hipótese, vê-se que o Paciente confessou a prática do crime, e tal ato foi considerado como fundamento para a condenação. Desse modo, deve incidir a atenuante do art. 65, inciso III, alínea d, do Código Penal.

Assim, **passo ao redimensionamento da pena:**

Na primeira fase de aplicação da pena, mantém-se a pena-base em 7 (sete) meses de detenção, em virtude da valoração negativa dos maus antecedentes, referente à condenação transitada em julgado nos autos n.º 0001546-12.2012.8.12.0018.

Na segunda etapa, nos termos da jurisprudência pacífica desta Corte, a circunstância agravante da reincidência deve ser compensada com a atenuante da confissão espontânea, ora reconhecida.

Na terceira e última fase, não há causas de aumento ou diminuição de

pena a serem consideradas, **ficando concretizada a reprimenda em 7 (sete) meses de detenção.**

Fica **mantido o regime inicial fechado**, em razão da reincidência e da presença de circunstâncias judiciais desfavoráveis, nos termos do art. 33, §§ 2.º e 3.º, do Código Penal.

Ante o exposto, **CONCEDO** a ordem de *habeas corpus* para, reformando o acórdão impugnado, reconhecer a incidência da atenuante da confissão espontânea e, por conseguinte, redimensionar as penas, nos termos explicitados no voto.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora